

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA CLARA CABRAL BEZERRA CARVALHO

**A INFLUÊNCIA DAS MULHERES DE CONFORTO NA DIPLOMACIA ENTRE
JAPÃO E CORÉIA DO SUL**

**RECIFE - PE
2024**

MARIA CLARA CABRAL BEZERRA CARVALHO

**A INFLUÊNCIA DAS MULHERES DE CONFORTO NA DIPLOMACIA ENTRE
JAPÃO E CORÉIA DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva e co orientação de Prof. Dra. Angelica Alencar.

**RECIFE - PE
2024**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C331i Carvalho, Maria Clara Cabral Bezerra.
A influência das mulheres de conforto na diplomacia entre Japão e Coréia do Sul / Maria Clara Cabral Bezerra Carvalho. – Recife, 2024.
51 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva.
Coorientador: Prof.^a Dr.^a Angelica Alencar.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Coreia do Sul. 2. Japão. 3. Mulheres de conforto. 4. Relações diplomáticas. I. Silva, Rodrigo Santiago da. II. Alencar, Angelica III. Faculdade Damas da Instrução Cristã. IV. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2024.2-006)

MARIA CLARA CABRAL BEZERRA CARVALHO

**A INFLUÊNCIA DAS MULHERES DE CONFORTO NA DIPLOMACIA ENTRE
JAPÃO E CORÉIA DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva e co orientação de Prof. Dra. Angelica Alencar.

Aprovado em: ____ de ____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms David José Pereira Gonzaga,

Prof. Dra. Angelica Alencar,

Orientador, Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva

AGRADECIMENTOS

A priori, quero agradecer a todos os acadêmicos, escritores e jornalistas que antes de mim se interessaram por esse assunto. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço ao meu orientador, Professor Rodrigo Santiago, pela orientação e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho. Sou grata à minha co orientadora Professora Angélica Alencar pela paciência ao longo desta jornada. Sua ajuda e palavras de incentivo foram essenciais para que este trabalho.

À minha família, meu mais profundo agradecimento por acreditar em mim e investir na minha educação. Vocês sempre estiveram ao meu lado, nos momentos bons e nos desafiadores, oferecendo amor, apoio e força para seguir em frente. Este trabalho é, também, um reflexo de tudo o que construímos juntos.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo e me emprestaram seus ouvidos sempre que precisei para poder reclamar ou lamentar mas em especial para Erika Ventura por ter me dado o pontapé necessário para começar esse trabalho, me escutando com paciência, oferecendo palavras de incentivo e acreditando em mim mesmo quando eu duvidava. Sua amizade foi um alívio e uma fonte de força durante todo este processo. Não teria começado este trabalho sem você. A Luana Machado, por ter sido minha primeira amiga e até hoje depois de 21 anos ainda acreditar em mim independente em qual desafio eu escolha seguir. Obrigada por cuidar de mim, por me escutar nos momentos difíceis e por me incentivar quando eu mais precisei. Ter sua amizade durante essa jornada tornou tudo mais leve e possível.

“Quando for ao mercado sozinha, deve pegar sempre as ruas principais. Sempre à vista das pessoas. Eles estão procurando moças agora.

Ela não compreendeu.

O governo colonial. Para levar para os soldados na China. Não siga ninguém.”

-Lee Min Jin. Pachinko.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar como o caso das mulheres de conforto coreanas influenciam nas relações diplomáticas entre Japão e Coreia do Sul a partir dos entendimentos da teoria construtivista. Este trabalho articula os conceitos de identidade, normas e sistema anárquico para melhor compreender a construção das relações entre os dois países, o que acaba por influenciar nas relações bilaterais dos mesmos. Tendo em vista o contexto da Segunda Guerra Mundial e o período nipo-coreano, em que as mulheres de conforto estavam inseridas, será explorado os desdobramentos históricos acerca deste período (1941-1945). A fim de possibilitar uma melhor compreensão do relacionamento das nações para resolver tal problemática, a metodologia qualitativa com técnicas de análise documental e pesquisa descritiva são primordiais para analisar o Acordo das mulheres de conforto de 2015 e a partir disso, desenvolver demais impasses em suas relações.

Palavras-chave: Coreia do Sul; Japão; mulheres de conforto; relações diplomáticas.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the case of Korean comfort women influence diplomatic relations between Japan and South Korea based on the understandings of constructivist theory. This work articulates the concepts of identity, norms and the anarchic system to better understand the construction of relations between the two countries, which ends up influencing their bilateral relations. Taking into account the context of the Second World War and the Japanese-Korean period, in which comfort women were inserted, the historical developments regarding this period (1941-1945) will be explored. In order to enable a better understanding of the relationship between nations to resolve this problem, qualitative methodology with document analysis techniques and descriptive research are essential to analyze the 2015 Comfort Women Agreement and from this, develop further impasses in their relations.

Keywords: South Korea; Japan; comfort women; Diplomatic relations.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mulheres em uma estação de conforto com um soldado japonês.
- Figura 2** - Mulheres de conforto que sobreviveram à guerra.
- Figura 3** - Declaração de Kim Hak-Sun
- Figura 4** - Estátua em frente à embaixada japonesa em Seul

LISTA DE SIGLAS

EUA	-	Estados Unidos da América
AWF	-	Fundo das Mulheres Asiáticas
TIC	-	Tecnologia de informação e comunicação
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
GSOMIA	-	Acordo Geral de Segurança de Informações Militares
APEC	-	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN	-	Associação das Nações do Sudeste Asiático

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TEORIA CONSTRUTIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
2.1	CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES DO JAPÃO E COREIA	16
2.2	IDENTIDADES EM CONFLITO: O IMPACTO DO CONSTRUTIVISMO NAS MEMÓRIAS DAS MULHERES DE CONFORTO	20
3	MEMÓRIAS ESCONDIDAS: HISTÓRIAS DAS MULHERES DE CONFORTO .	23
4	REPARAÇÃO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO ACORDO DE 2015 SOBRE AS MULHERES DE CONFORTO	33
4.1	MEMÓRIA E POLÍTICA: DISPUTAS HISTÓRICAS NO DIÁLOGO DIPLOMÁTICO ENTRE O JAPÃO E A COREIA DO SUL	37
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	45
	ANEXO 1 - ANÚNCIO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO E DA REPÚBLICA DA COREIA NO EVENTO CONJUNTO DE IMPrensa	50

1 INTRODUÇÃO

Durante o início do século XX a Coreia passou por um período áspero sob a ocupação japonesa. O controle japonês sobre a política local resultou em medidas como a proibição do ensino da língua coreana nas escolas, a exploração intensiva dos recursos naturais, incluindo a agricultura e a mineração, e a imposição do trabalho escravo. Além disso, constituiu um período marcado pela exploração sexual de mulheres. Conhecidas por mulheres de conforto, elas foram raptadas ou recrutadas sob o pretexto de *chongsindae*¹, para dar legitimidade para o exército e governo japonês continuar com suas atividades de tráfico sexual.

Segundo Soh (1996), as estações militares de conforto foram implantadas ainda em 1932 onde os soldados poderiam ter suas vontades sexuais aliviadas sob a supervisão e regulação do Estado. Tendo sido vistas até a Guerra do Pacífico (1941 - 1945), essas estações foram espalhadas onde quer que as tropas japonesas estivessem, visto que, a prostituição era licenciada pelo império japonês. Mesmo que o governo japonês tenha se esforçado para destruir as evidências, estima-se que entre 100 a 200 mil mulheres foram coagidas a esse sistema de conforto, sendo 80% delas coreanas entre as idades de 12 e 23 anos.

A história das mulheres de conforto só veio enfim à tona quando pela primeira vez a senhora Kim Hak-Sun veio a público em uma conferência em Seul em 1991 mostrando o rosto, o que até então foi inédito, para relatar os ocorridos das estações de conforto durante toda a Segunda Guerra Mundial, processar e demandar que o governo japonês aceitasse culpa e tomasse a responsabilidade pelo sistema de estupro organizado que foram as estações de conforto. O que deu coragem para outras vítimas também vir à público relatar suas histórias o que substancialmente ajudou no movimento apoiador das mulheres vítimas do “sistema de conforto” (*Movement of redress*).

Diante desse contexto histórico entre os países, as relações ficaram estremecidas até hoje. Esse trabalho pretende responder a seguinte questão: Como o caso das mulheres de conforto impacta as relações diplomáticas entre Japão e Coreia atualmente? O objetivo geral é analisar como a temática das mulheres de conforto influenciou as relações diplomáticas entre os dois países.

¹ Tradução nossa, corpo de serviço de trabalho voluntário. Ver sobre as expressões em Chunghee, Sarah. artigo *The Korean "Comfort Women": Movement for Redress*, 1996.

Por meio da teoria construtivista será possível analisar a mudança gradual de percepção que as nações têm de si e como isso vai refletir nas relações diplomáticas. Ademais, será possível explorar a mudança de postura das mulheres vítimas do exército japonês, passando de agentes passíveis para agentes ativas que lutam para ter suas histórias escutadas e reconhecidas para ter enfim o tão sonhado pedido de desculpas formal e público partindo do governo japonês.

O construtivismo apesar de ser uma teoria estadocêntrica, ela admite que outros agentes, que não Estados, possam influenciar tanto na criação de identidade das nações como na criação de interesses dos mesmos. Além disso, vão também influenciar na criação e elaboração de normas, o que foi possível ser percebido, em grande medida, durante a declaração do Acordo das Mulheres de Conforto de 2015 e durante as respostas ao acordo tanto dessas sobreviventes da Segunda Guerra Mundial quanto do público geral coreano.

Por isso, a abordagem qualitativa com técnicas de análise documental e pesquisa descritiva é de extrema importância para essa pesquisa, com uso de dados provenientes de documentos, revisão bibliográfica e entrevistas para melhor ilustrar os ocorridos na vida das mulheres de conforto e entender a perspectiva das vítimas. A análise histórica tem um papel importante para mostrar como o passado conturbado dos dois países afeta nas relações internacionais no presente, tendo em vista que o período em questão vai moldar o sentimento de ressentimento histórico como consequência influencia na diplomacia da Coreia do Sul para com o Japão. Serão usados dados secundários com a utilização de dados de centros científicos, dados de sites governamentais e outras fontes para sua construção.

Além disso, os relatos apresentados no livro *Voices of the Korean Comfort Women: History Rewritten from Memories*, de Chungmoo Choi e Hyunah Yang, desempenham um papel crucial para aprofundar a compreensão dos impactos da guerra na vida dessas mulheres. Considerando que muitas das vítimas já faleceram, ressalta-se a relevância de preservar e dar visibilidade a esses depoimentos, que são fundamentais para manter viva a memória de suas experiências.

2 TEORIA CONSTRUTIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O construtivismo aparece como uma abordagem nas relações internacionais para explicar as interações entre os Estados de uma maneira não tangível, isto é, com uso de questões simbólicas como identidade e fala. O construtivismo, dentro das relações internacionais, é uma perspectiva recente, visto que surgiu na segunda metade do século XX. Seu surgimento está relacionado a uma perspectiva de contraposição às questões políticas, comerciais, culturais e mudanças de comportamento que se desdobravam dentro do sistema internacional, mas que o Liberalismo² e Realismo³ não conseguiam mais responder.

Ainda mais em um contexto em que os Estados e outros atores formavam alianças, blocos econômicos e integrações que não só funcionavam apenas como instrumentos dos Estados, mas também tinham o poder de influenciar no papel do Estado, como por exemplo, a União Europeia. Por isso, foi necessário observar as novas dinâmicas do Estado através de uma lente diferente, já que o Realismo não era mais capaz de abranger essas novas interações. Com o construtivismo foi possível analisar, responder e perceber de maneira prática e dinâmica essas novas interações entre os Estados e outros agentes inseridos no sistema internacional.

Pode-se compreender a abordagem a partir de autores como Nicholas Onuf com o lançamento do seu livro *World of Our Making* (1989) e Alexander Wendt, com a publicação do seu artigo *Anarchy is What States Makes of it: The Social Construction of Power Politics* (1992), expoentes importantes no estabelecimento e consolidação da teoria construtivista dentro das relações internacionais, sobretudo nos debates que abordam as interações entre as estruturas e os atores no sistema internacional. O cientista político Onuf introduz a compreensão de que os atos (deeds), compõem os atos de fala ou ação física, de forma que são responsáveis por construir o mundo. Enquanto o cientista político Wendt, vai focar na estrutura anárquica e em como ela é moldada socialmente pelos agentes internacionais.

² Para mais informações sobre o Liberalismo consultar Krasner, Stephen D. "Regimes and the Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables." *International Organization*, v. 36, n. 2, 1982, pp. 97–510. Disponível em: JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/2706531>. Acesso em: 21/09/2024.

³ Para mais informações sobre Realismo consultar Keohane, Robert O. "International Institutions: Two Approaches." *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, 1988, p. 379–96. Disponível em: JSTOR, <https://doi.org/10.2307/2600589>. Acesso em: 21 set. 2024.

O construtivismo assume uma posição intermediária entre as análises racionalista e interpretativista, já que vai concordar com aspectos importantes de cada teoria sem se filiar efetivamente com nenhuma delas (Adler, 1999, p:205). A teoria construtivista concorda com os interpretativistas quando é dito que as relações no mundo internacional são moldadas pelas interações e que a realidade sofre influência por significados compartilhados, no entanto discordam sobre o grau de objetividade dos Estados. Essa discordância se dá pela aproximação do construtivismo com a ideia do racionalismo que os Estados tomam decisões estratégicas. Entretanto discordam na maneira de como essas decisões são feitas, já que o construtivismo acredita na influência das normas e identidades.

A dualidade entre agente e estrutura é importante para perceber a função do humano na formação e mudança da mecânica do sistema internacional. Essa visão vai de encontro com a visão tradicional que via os atores internacionais muito mais como agentes passivos no sistema internacional pré estabelecido. O construtivismo acredita que os agentes (Estados, indivíduos, organizações, etc.) não são completamente influenciados pela estrutura, mas tem a capacidade de moldá-las e ter um papel ativo na construção do meio em que estão inseridos. Sendo assim, a interação constante entre agente e estrutura possibilita uma maior dinamicidade no sistema internacional.

O conceito de anarquia, tão célebre nas relações internacionais, para os construtivistas não é algo inerente ou imutável e sim uma construção entre os Estados com o passar do tempo. A partir disso, os Estados formam suas preferências e sua identidade, reconhecendo os outros como aliados ou inimigos. Diferente da visão dos realistas, como Kenneth Waltz, que acreditam que a anarquia internacional cria um ambiente de competição e conflitos constantes entre os Estados. Visto que eles seguem do princípio que essa anarquia parte de um sistema de autoajuda em que os Estados devem apenas confiar em sua própria capacidade para garantir sua defesa e sempre buscam aumentar seus poderes.

Bem como confirma o autor Wendt (1992, p:421), em relação aos sistemas de autoajuda na estrutura de anarquia.

Esse ponto de partida faz sentido para os neorrealistas, uma vez que acreditam que as anarquias são necessariamente sistemas de "autoajuda", sistemas nos quais a autoridade central e segurança coletivas estão ausentes. O corolário de autoajuda da anarquia desempenha um enorme

papel para o neorealismo, gerando a dinâmica inerentemente competitiva do dilema de segurança e do problema da ação coletiva.

Com isso, o autor explica que, diferente dos construtivistas, a estrutura da anarquia do sistema internacional, não tem autoridade central que garanta a segurança de todos. Dando ênfase mais uma vez que por não ter uma força regulatória de regras ou segurança coletiva, os Estados terminam competindo entre eles. Levando assim a dificuldades para cooperação.

Os Estados estão inseridos dentro de uma anarquia, no entanto, para o construtivismo de Wendt, essa anarquia do sistema internacional não é intrinsecamente conflituosa, mas depende das normas e ideias que os Estados compartilham o que pode vir modificar essa dinâmica nas relações dos Estados e torná-las em cooperação. Para o autor, a anarquia é um quadro vazio que será preenchido por interações entre os Estados e só então será definida a natureza do relacionamento dessas instituições.

Para Wendt (1992, p:430) “os atores adquirem identidades – entendimentos e expectativas relativamente estáveis da função específica sobre si próprio – ao participarem em tais significados coletivos. As identidades são inerentemente relacionais”. Dessa forma, o autor explica que cada Estado pode exercer diferentes identidades, seja de um país hegemônico, subordinado, colônia ou potência econômica. Contudo, Wendt deixa claro que essas identidades são intrinsecamente sociais e baseadas na percepção que o Estado tem sobre si e sobre o outro, ou seja, tende a espelhar as práticas dos outros e, por isso, ajuda na formação da estrutura do mundo social.

A identidade é um dos fatores determinantes para se formar interesses. Uma vez que as instituições não carregam um conjunto fixo desses interesses, eles são definidos de acordo com as situações em que se encontram. No caso das instituições, as identidades e interesses são relativamente estáveis, ou seja, no caso de instituições como o Estado esses fatores são menos voláteis se comparado com outros agentes. Assim, fatores como a socialização e sua participação no coletivo influenciam as normas institucionais. Portanto, percebe-se então que essas instituições não existem à parte das ideias de atores, ou seja, não são objetivas.

As normas vão ser importantes para a definição das relações entre os Estados, visto que são elas que regulam o comportamento desses atores e contribuem na criação de suas identidades e interesses. As normas são essenciais para criar um

padrão de conduta compatível com a situação em que os Estados se encontram e indicam como o mesmo deve seguir (Onuf, 2013). Isto é, as normas são expectativas de comportamento adequado do qual os atores têm uns sobre os outros, podendo se mostrar em forma de um tratado, lei, acordo ou como costumes.

As instituições vão adquirir novas identidades e interesses, legitimidade e força através das relações estabelecidas com outros agentes o que vai afetar seu comportamento. Mesmo as instituições mais antigas têm seus conhecimentos adquiridos de maneira coletiva e essas aprendizagens foram infundidas e consolidadas até serem tidas como inevitáveis (Adler, 1999). Sendo assim, as instituições podem adotar comportamentos cooperativos ou conflituosos. Para Wendt (1999, p.1. Tradução nossa), “[...] as identidades e interesses dos atores intencionais são construídos por essas ideias compartilhadas, e não dadas pela natureza⁴”.

Wendt vai discordar dos pensadores do realismo quanto à relevância da capacidade material em relação aos interesses. Os realistas acreditam que essa habilidade material como um dos principais fatores para moldar o comportamento do Estado, inclusive que eles devem sempre agir levando em consideração o pior cenário (worst case) (1992, p. 439).

No entanto, Wendt argumenta que a junção dos dois aspectos, interesse mais aspectos materiais (nem sempre esse aspecto é físico) é o que realmente importa. Ou seja, o autor defende que os interesses não levam em conta apenas a capacidade material estimável como poder militar, poder bélico ou poder geográfico, mas só adquire relevância dentro da estrutura do sistema internacional em função de como vai ser interpretado.

Um dos conceitos fundamentais do construtivismo é de que as instituições agem relativamente aos atores, ou seja, um Estado age de maneira diferente em relação a outro Estado sendo amigo ou inimigo. Fazendo um paralelo com essa ideia, se tomarmos os Estados Unidos como ponto de referência, os mísseis da Coreia do Sul têm um significado/subjetividade diferente se comparado com os mísseis da Coreia do Norte. De acordo com Wendt (1992, p. 429) “[...] a anarquia e a distribuição de poder é insuficiente para nos dizer qual é qual”, no entanto, a forma como a distribuição de poder afeta as decisões dos países está muito ligado à maneira de como os mesmos entendem ou esperam o comportamento uns dos outros.

⁴ No original: that the identities and interests of purposive actors are constructed by these shared ideas rather than given by nature.

Para Wendt (1992, p. 442) “[...] é por meio de interação recíproca, em outras palavras, que criamos e instanciamos estruturas sociais relativamente duráveis, nos termos dos quais definimos nossas identidades e interesses.” Com isso, o autor mais uma vez reforça a ideia de que através das evoluções nas interações mútuas entre as instituições, e de outros atores, será possível criar estruturas sociais duradouras e com base nela, poderá ser formado suas respectivas identidades e interesses.

Apesar de a teoria construtivista ser composta por uma pluralidade de ideias, premissas e conceitos, daremos ênfase nas que irão enriquecer este trabalho. Deste modo, por intermédio dos conceitos de identidade, sistema anárquico e normas, este trabalho irá explorar as relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão focando nas mudanças de suas interações com o passar do tempo saindo de nações com relações desiguais para relações fortes e como as mulheres de conforto vão influenciar nas suas relações diplomáticas levando em consideração o passado histórico não resolvido entre as duas nações.

2.1 CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES DO JAPÃO E COREIA

Durante a primeira metade do século XX, entre os anos de 1910 e 1945, o Japão, por meio do Tratado de Anexação Japão-Coreia, incorporou a península coreana ao seu território. Foi um período de 35 anos sob o domínio do império japonês em que, em grande medida, foi estabelecida uma relação de colonizador e colonizado (Hicks, 1997). Estabeleceu-se o início da formação de relações assimétricas entre o Japão e a Coreia. Ao longo dessa tomada, o Japão implantou uma série de medidas que iriam suprimir a cultura coreana e forçar os costumes e cultura japonesa naquela população.

Uma vez que o Japão se considerava e se posicionava enquanto um país desenvolvido e superior no continente asiático, ele adotava normas de expansão territorial e medidas imperialistas, que prevaleceram durante esse período (1910 - 1945). A anexação de territórios considerados “menos desenvolvidos” foi feita sob a alegação de modernização, estabilidade regional e processo civilizatório (Suh, 2019). Tendo em vista essa postura, é possível observar a hierarquização de poder nas relações internacionais, em que o Japão, segundo seus parâmetros, se via autorizado a dominar outros territórios.

Partindo do conceito construtivista de Wendt, o tratado assume o papel de

norma, ou seja, foi uma conduta que influencia a maneira que os países vão interagir e por consequência contribui para a criação de identidade dos Estados e formação de interesse. Nesse caso, o tratado formalizou a postura imperialista do Japão naquele momento na Coreia e legitimou o interesse que o Japão tinha sobre o país. Assim, foi imposto uso da mão de obra escrava coreana, a proibição do ensino da língua coreana nas escolas, o aproveitamento dos recursos naturais e minerais da Coreia e a exploração sexual das mulheres.

Esses interesses do Japão sobre a Coreia também estavam muito ligados com o contexto da Segunda Guerra Mundial. Diante de circunstâncias que o país precisava aumentar sua capacidade industrial e militar, foi na Coreia, que já estava sob seu controle, que viram uma oportunidade de aproveitamento de mão de obra escrava barata em minas, fábricas e campos de construção. Não só de trabalho escravo, mas também as mulheres coreanas, que já em posição de subalternas, foram submetidas a práticas cruéis do exército japonês como forma de evitar espionagem e evitar a disseminação de doenças venéreas entre os soldados.

Vale mencionar que a colonização do Japão sobre a Coreia não foi aceita de forma passiva. Os atos referidos anteriormente e muitos outros foram responsáveis por criar um intenso ressentimento entre a população coreana que vai fomentar em vários movimentos de independência e libertação⁵. Movimentos esses que também vão ser importantes para a determinação da identidade nacional coreana, inclusive até os dias de hoje. As lutas por independência não só serviram como uma maneira da população coreana se expressar diante daquele cenário, mas também permitiram que fortificasse os sentidos de identidade e possibilitaram, também, a diferenciação do “eu” coreano e o “eu” japonês.

Outra norma japonesa foi a campanha “kominka” de 1930 que tinha como objetivo a assimilação de povos colonizados pelo Japão, tendo ênfase na Coreia. O objetivo central dessa política era fazer com que os coreanos fossem integrados na cultura/identidade japonesa e a cultura coreana fosse aos poucos se dissipando. Em paralelo com a teoria de Wendt, é possível mais uma vez ver como a interação dos agentes vai ser importante para criação das identidades. Enquanto o Japão tentava,

⁵ Para mais informações sobre movimentos de libertação coreano consultar Fonseca, Bárbara de Almeida. A Colonização Japonesa na Coreia: Uma Análise do Genocídio Cultural e suas Consequências. 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/39439>. Acesso em: 29 set. 2024.

forçadamente, anular a cultura coreana, mais uma vez com a ideia de que a identidade coreana era inferior, acabou fortalecendo o sentimento e sentido de identidade nacional dos coreanos.

Ainda sobre o comportamento imperialista seguido pelo governo japonês, as identidades dos Estados, naquele momento, são marcadas pela perda da soberania coreana. A partir dessas relações, foi criado um cenário de desigualdade. Dessa forma, a maneira como o Japão vai se perceber como um país superior e a Coreia como um país inferior influenciou nas relações entre os países e interferiu na identidade nacional de ambos. A ideia de igualdade entre os Estados não pode ser aplicada entre os dois países e, naquele momento, o Japão se consolidava como potência asiática.

Dentro da estrutura da anarquia para o construtivismo, as relações não são fixas e portanto passam por mutações de acordo com suas interações. Com a derrota dos países do Eixo, e consequentemente do Japão, o governo japonês deixa de assumir essa postura imperialista e passa a se portar como um país cooperativo e pacífico. Não só por necessitar de ajudas financeiras e militares de outros países, por exemplo os Estados Unidos (Watanabe, 2011), mas por também querer mudar a nova visão que o país adquiriu depois da Segunda Guerra Mundial.

Se encontrando em um novo momento no pós Segunda Guerra Mundial, o Japão passa a se preocupar, além de com sua reconstrução interna, com a revitalização da sua imagem no âmbito internacional. Portanto, mostrou-se um país que favorece a cooperação internacional e um país que tem interesse em resolver as desavenças que foram criadas durante seu período imperialista e com isso moldando uma nova identidade nacional. Vale ressaltar que o Japão, após os bombardeios entre 1944 e 1945, se percebe como outro país que foi destruído e foi vítima da Segunda Guerra Mundial e não como um país que manteve até o último momento uma postura imperialista militar durante esse período (Yoshiaki, 2000).

Em contrapartida, a Coreia passava pela divisão de seu território entre os Estados Unidos e a União Soviética, paralelo 38º, também lutava para se recuperar dos efeitos da colonização do Japão na península. Vai ser nesse momento que a Coreia vai lutar pela afirmação de sua identidade nacional, não mais como um país dependente e sob influência japonesa, mas como um país independente e que busca a resolução do seu passado colonial. Além disso, observa-se que essas questões do passado histórico entre os países e reconhecimento das injustiças coloniais

influenciam nas relações entre os países até hoje.

Apesar de todas as desavenças históricas até então, durante o pós guerra, as relações entre a Coreia do Sul e o Japão começaram a ser reconfiguradas. Essa transformação se deu a partir de fatores como as transformações nas normas globais e regionais, juntamente com a pressão externa. Sob a tutela dos EUA, ambos os países, agora integrantes da aliança ocidental durante a Guerra Fria, foram incentivados a cooperar devido a ameaças comuns, como a expansão comunista na Ásia⁶. Essa reconfiguração de alianças gerou uma reavaliação parcial das identidades que os dois Estados reconheciam um do outro. Afinal, a partir de então, passaram a assumir um papel de não exclusivamente inimigos.

Partindo da visão da teoria construtivista, as interações e o aprendizado social entre a Coreia do Sul e o Japão começaram a redefinir suas relações. Como marca disso, em 1965 as duas nações deram um passo positivo para relações mais amigáveis com a assinatura do Tratado de Normalização das Relações entre os dois países⁷ em 22 de junho em Tóquio (Oda, 1967, p. 35). Dado as relações passadas, ainda existia um receio entre os coreanos de que esse tratado fosse uma nova maneira do Japão manter controle na política e economia sobre a agora República da Coreia, mesmo não estando mais à sombra do domínio do Japão.

Houve um empenho pragmático para estabelecer relações diplomáticas e econômicas, ainda que com dificuldades. Essa mudança foi possível devido a modificações no cenário internacional, normas de reconciliação e desenvolvimento econômico e cooperação, assim, tais fatores foram influenciando e moldando a política de ambos os países. Vale ressaltar que o tratado não resolveu as questões históricas entre os dois países, mas se mostrou como um começo para a mudança das interações dos países e nas percepções de ambos entre si.

A Coreia do Sul e o Japão, ao participarem de organizações internacionais e forjar alianças com os Estados Unidos, passaram a implementar um conjunto comum de normas que estimulam a cooperação econômica e segurança regional. Mostrando

⁶ Para mais informação, consultar Matray, James “The Korean War 101: Causes, Course, and Conclusion of the Conflict”, 2012. Disponível em: <https://www.asianstudies.org/publications/eaa/archives/the-korean-war-101-causes-course-and-conclusion-of-the-conflict/>. Acesso em: 29 set. 2024.

⁷ Para melhor entendimento do tratado consultar Cambridge University press “Agreement Between Japan and the Republic of Korea Concerning Fisheries” International Legal Materials v. 4, 1965. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-legal-materials/article/abs/agreement-between-a-pan-and-the-republic-of-korea-concerning-fisheries/7A9BEC66C708423E5E8DEC7D8A7FBD96>. Acesso em: 27 set. 2024

que, apesar do seu passado complicado ambos os países conseguiram transformar suas relações, focando na diplomacia e cooperação apesar do passado. Sendo o começo de como as relações entre países são no século XXI, que apesar de não serem de completos aliados, priorizam sempre a melhora de suas relações bilaterais.

2.2 IDENTIDADES EM CONFLITO: O IMPACTO DO CONSTRUTIVISMO NAS MEMÓRIAS DAS MULHERES DE CONFORTO

Apesar da temática das mulheres de conforto ser normalmente retratada sob a perspectiva dos direitos humanos, como nos trabalhos de Ghina Elmira, *Jugun Ianfu: The Darkest History of Human Rights Violation*⁸ e Carolina Maria Monteiro Paiva, *Mulheres, Feminismo e Relações Internacionais: O Caso do Movimento de Reparação das “Mulheres de Conforto” Sul Coreanas*⁹. Ou até sob a perspectiva de estupro como arma de guerra, por exemplo nos trabalhos de Vivian Simões de Souza, *Estupro Enquanto Crime de Guerra: Uma Análise sobre as “Mulheres de Conforto”*¹⁰ e Rebeca Savino Garcia *Estupro Como Crime e Estratégia de Guerra: O Caso das Mulheres de Conforto*¹¹. No entanto, este trabalho tem o intuito de ver esta temática sob uma perspectiva renovada do construtivismo.

As mulheres de conforto dentro deste contexto vão ser agentes, a princípio passivas, dentro das relações entre os países. A maneira que o governo japonês tratou as mulheres de conforto vai ser um ponto de inflexão nas relações dos países, ou seja, nada mais é que um reflexo da realidade que elas estavam inseridas. O que vai contribuir para mostrar como a identidade dessas mulheres coreanas foi talhada pela sua história e contexto como vítimas de exploração sexual e como elas foram percebidas tanto pelos coreanos quanto pelos japoneses.

Essa conjuntura dialoga com a ideia de Wendt que fala sobre como os atores obtêm identidades ao participarem dos contextos coletivos, já que exemplifica bem como as mulheres de conforto são fruto do meio, visto que elas foram obrigadas a

⁸ Disponível em: <file:///C:/Users/Maria/Downloads/43168-Article%20Text-135306-1-10-20210723.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

⁹ Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24516/1/CarolinaMariaMonteiroPaiva_Dissert.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37559>. Acesso em: 05/12/2024

¹¹ Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/fa42d35e-791e-4c89-8fb7-6daba44259c0>. Acesso em: 05 dez. 2024.

exercer um papel imposto de exploração sexual, e esse papel foi moldado pela percepção que o regime imperial japonês tinha sobre elas. Suas identidades não eram somente de vítimas, mas também era relacional, ou seja, estava profundamente ligada à dinâmica de poder e ao contexto de opressão em que viviam.

Outro conceito do construtivismo que podemos relacionar com o caso das mulheres de conforto, é de que as instituições agem relativamente aos autores, ou seja, os Estados agem de maneira diferente entre outro Estado amigo ou inimigo. Percebe-se que devido ao Japão entender a Coreia como inferior, visto que se encontrava numa condição de país colonizado, e elas já numa posição de subalternas já que são mulheres inseridas em uma sociedade extremamente patriarcal, vai refletir nelas quando se nota a discrepância extraordinária na porcentagem de nacionalidade das mulheres de conforto, em que entre 200 mil (número estimado) 80% delas foram coreanas (Soh, 1996).

Essa construção identitária delas também se reflete nas consequências após a Guerra do Pacífico, quando as sobreviventes lutam por reconhecimento histórico e justiça. Uma vez que levaram 50 anos para fazer de sua pauta ser reconhecida nacional e internacionalmente, quando a Kim Hak-Sun decide fazer um pronunciamento público sobre o que aconteceu dentro dos quartéis militares de conforto e finalmente passam a assumir um papel de agente ativo. A maneira como elas foram vistas e tratadas durante e após o conflito dependia das relações sociais e dos significados coletivos que surgiram durante a colonização japonesa, porém, agora, principalmente depois de suas histórias terem sido feitas conhecidas, elas podem desempenhar uma parte mais pró-ativa nas suas histórias.

Para além, a identidade dessas mulheres exploradas pelo exército japonês vai ser influenciada pela maneira como o governo coreano tem tratado as suas demandas e discursos. Ademais, como o governo japonês, por meio de sua identidade e cartela de interesses, vê relevância ou não no tópico para poder fortalecer as relações bilaterais com a Coreia do Sul. Em consonância, a maneira como o governo coreano vai dar o suporte necessário e reconhece a causa dessas mulheres forçadas ao sistema de "conforto" militar, que infelizmente depende da agenda política do presidente vigente, impacta na percepção de como elas se afirmam como agentes políticos nas relações diplomáticas entre o Japão e a Coreia do Sul e não somente como vítimas.

Por fim, nota-se que a teoria construtivista vai abarcar diversos pontos, desde

as questões de identidade entre as nações até as consequências dessas relações em reflexo nas mulheres de conforto. As colocações de Wendt dão uma luz sobre como os interesses de ambos governos vão influenciar em até quanto e onde essa questão vai ser resolvida. Essa abordagem vai ajudar a compreender como as estruturas de poder e as normas vão impactar como as mulheres de conforto influenciam nas relações diplomáticas entre o Japão e a Coreia do Sul.

3 MEMÓRIAS ESCONDIDAS: HISTÓRIAS DAS MULHERES DE CONFORTO

Uma das grandes pautas das mulheres de conforto¹² é como suas experiências são pouco levadas em consideração, como são pouco ouvidas ou silenciadas em várias narrativas históricas. Portanto, neste trabalho, iremos utilizar de seus depoimentos, sempre que possível e viável, para complementar na parte histórica descritiva. Esses relatos serão usados para melhor entendimento de seu ponto de vista e obter maior compreensão dos impactos da Guerra na vida dessas mulheres. Vale salientar a importância desses relatos em virtude da corrida contra o tempo que esse problema enfrenta.

Acredita-se que as estações de conforto tiveram início durante a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) para que assim os soldados pudessem comprar serviços sexuais. Sabe-se que durante a Guerra da Sibéria havia bordéis em cada quartel militar à disposição dos soldados (Yoko, 1999). No entanto, foi durante o massacre de Nanquim (1937) que o exército japonês se tornou mais adamantino em recrutar mulheres de conforto. Entretanto, nesse primeiro momento, essas estações funcionavam um pouco diferente se comparado com que aconteceu durante a Guerra do Pacífico. Visto que era uma extensão da política de prostituição regulamentada que já existia dentro do Japão.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, devido a importância do massacre de Nanquim e a quantidade de vezes que o mesmo foi mencionado nesta dissertação, iremos dar uma breve explicação do que foi o ocorrido. O massacre de Nanquim foi um evento que ocorreu no entorno de seis semanas na então capital da China durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (Neto, 2021). Durante dezembro de 1937, o exército nipônico adentrou a cidade e começou um processo de rendição, homicídios e estupros contra os cidadãos chineses. Estima-se que cerca de 300 mil chineses foram mortos e cerca de 20 mil mulheres e crianças teriam sido feitas de escravas sexuais.¹³

¹²Apesar deste trabalho seguir o uso convencional da expressão mulheres de conforto, reconhecemos que esse termo é uma forma de atenuar a realidade das vítimas. Que tiveram que passar por tráfico sexual, abuso sexual e constantes estupros.

¹³Para mais informações sobre o massacre de Nanquim consultar Neto, Mario Marcello, 2021. Entre a Bomba Atômica e os Crimes de Guerra: o Negacionismo e a Historiografia Japonesa em Perspectiva. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/skZ8SzryZTCTvBg66VnSCws/?format=pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

Já durante a Guerra do Pacífico, o exército imperial japonês estabeleceu estações de conforto por todas as áreas de guerras com o objetivo de evitar a transmissão de doenças venéreas e prevenir estupros, tudo sob a supervisão do Estado (Yoko, 1999). Apesar do plano do exército de usar esse sistema para acabar com os casos de estupros, os soldados não pararam de estuprar, mesmo depois de estarem acompanhados das mulheres de conforto. Em realidade, essas estações não eram nada menos que um lugar de estupro sistematizado, em que muitas dessas mulheres foram detidas a força e estupradas repetidamente por em torno de 10 a 20 soldados por dia (Hicks, 1997, tradução nossa).

Figura 1: Mulheres em uma estação de conforto com um soldado japonês.



Fonte: Alternativa (2017)

De acordo com a autora Chunghee Sarah Soh, muitas dessas mulheres foram coercitivamente recrutadas pelas forças japonesas sob o pretexto de *chongsindae* ou corpo de serviço de trabalho “voluntário”. O uso da palavra voluntário serviu para esconder a real natureza dessa mobilização que incluía com frequência a utilização de violência, enganação e ameaças por parte das autoridades japonesas. A criação dessa narrativa do trabalho voluntário foi um dos fatores que ajudou a justificar a exploração sexual que ocorreu naquele momento. Mascarando a real violência

enfrentada por essas mulheres e dificultando a responsabilização dos perpetradores após a guerra.

Em paralelo com o que foi discutido pela autora Sarah Soh em relação ao caráter coercitivo das abordagens dos soldados japoneses, trouxemos o relato da senhora Kim Yong-Ja. Nascida em Chonju na província do norte de Cholla na atual Coreia do Sul, foi levada pelo exército japonês aos 15 anos de idade. A senhora Kim morreu em 2005 aos 82 anos de idade.

Em suas próprias palavras, Kim relata que:

Então naquele dia um policial espancou meu pai, dizendo para ele me entregar. Eu me escondi porque não queria ir. Eles colocaram água no nariz do meu pai usando uma chaleira, dizendo que era melhor ele me entregar. Eles foram de casa em casa de todas as meninas, aqueles soldados e policiais japoneses inspecionaram, e foi assim que eles foram. Eles nos levaram embora, dizendo que mandariam dinheiro [de volta para casa]¹⁴.” (Choi; Yang, 2023, p 56, tradução nossa)

Esse relato dá uma dimensão maior à parte histórica deste trabalho por não apenas dar a voz a essas mulheres, mas, em adição, traz uma visão humanizada de suas histórias e possibilita um olhar minucioso dos mecanismos de recrutamento dos soldados japoneses. Ao trazer esse relato pode-se ter uma melhor ilustração dos acontecimentos da colonização japonesa e como esse sistema de conforto funcionou.

Não se sabe o número exato de mulheres que foram mobilizadas pelo exército japonês, visto que boa parte dos documentos foram destruídos (Okamoto, 2013). Entretanto, estima-se que as vítimas totalizaram entre 80 mil a 200 mil das quais menos de 30% sobreviveram aos abusos. A maior parte dessas mulheres eram jovens meninas, entre 11 e 24 anos, vulneráveis e pobres que foram raptadas de países que foram ocupados pelo governo Japonês (Coreia, Filipinas, China, etc.). No caso das mulheres de conforto coreanas, muitas delas foram raptadas sob falsas promessas de trabalhos com bons salários em fábricas japonesas ou outras funções de apoio ao esforço de guerra (Yoko, 1999). Elas foram totalmente privadas de qualquer contato com familiares ou possibilidade de fuga ou proteção.

Em concordância com o que foi discutido, traremos o relato de Kim Hwa-Son, nascida em Pyongyang, atual capital da Coreia do Norte, que foi levada para as

¹⁴No original: So that day a police beat my daddy, telling him to give me up. I hid because I didn't want to go. They put water in my daddy's nose using a kettle, telling him that he better give me up. They went from house to house of all the young girls, those Japanese soldiers and police surveyed, and that's how they went. They took us away, saying they'd send money [back home].

estações de conforto quando tinha apenas 15 anos de idade. Ela relata sua experiência de ser levada pelo exército japonês e como aconteceram os abusos sexuais. A senhora Kim Hwa-Son morreu aos 86 anos em 2012.

Em seu relato, a senhora Kim diz: “Caramelo, e o que era, leite - bem, eu fui porque eles disseram que eles iriam me dar comida e muito dinheiro. Naquela época não tinha nada para comer, sabe. Na nossa época não tinha nada para comer¹⁵.” (Choi e Yang, 2023, tradução nossa).

Para em seguida, relembra sua experiência na estações:

Quando cheguei lá, o lugar inteiro estava coberto com cercas de arame. E esses soldados, havia tantos soldados japoneses, e em algum lugar como um chiqueiro, eles separaram seções, sala por sala, e colocaram cada uma de nós em cada sala. Eles nos colocaram em uma sala por pessoa. Eles fizeram todos nós entrarmos nas salas. Quando entramos, os soldados então se alinharam lá. Soldados japoneses se alinharam e simplesmente entraram, então eles faziam aquela merda e iam e vinham, quando alguém saía outro entrava, e então outro entrava. Eu morri naquele único dia. No começo eu morri assim, e quando eu estava morta, eu não tinha a mínima ideia se eles estavam fazendo aquela merda ou algo assim. Então foi assim e um pouco depois quando eu abri meus olhos, era uma bagunça completa—este meu corpo¹⁶ (Choi; Yang, 2023, p. 6, tradução nossa).

Fica claro a importância desse relato quando colocado, logo em seguida, em paralelo com a parte histórica em razão de corroborar com vários outros relatos feitos por mulheres de conforto. Não só as coreanas, mas de todas as vítimas de outras nacionalidades que também passaram por essa experiência.

Além do motivo já mencionado anteriormente da posição de inferioridade que a mulher coreana se encontrava, um outro motivo para a escolha das coreanas como o alvo para o sistema de conforto foi a interpretação do governo japonês de que tal ato não seria uma violação das leis internacionais que proíbem a extradição de mulheres para a prostituição (Okamoto, 2013). Em tal interpretação, o governo conseguiu fazer com que a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de

¹⁵No original: Caramel, and what was it, milk—well, I went because they said they would give me food and a lot of money. Back then there was nothing to eat, you know. In our days there was nothing to eat.

¹⁶No original: When I got there, the entire place was covered with wire fencing. And these soldiers, there were so many Japanese soldiers, and in some place like a pigpen, they screened off sections, room by room, and put one of us in each room. They put us in a room per person. They made all of us go into the rooms. When we got in, the soldiers then lined up there. Japanese soldiers lined up and just came in, then they'd do that shit and come and go, when someone left another one came in, and then another one came in. I died in that single day. At first I died like this, and when I was dead like that, I didn't have a clue if they're doing that shit or whatnot. So it was like that and a little later when I opened my eyes, it was a complete mess—this body of mine.

Mulheres e Crianças se aplicasse apenas para o Japão (mainland) e não para suas colônias.

Vale ressaltar que apesar do Japão já ter o sistema de prostituição licenciado antes da Segunda Guerra Mundial, e também comumente usado naquela época como forma de soft power, a maioria das mulheres de conforto (*Wianbu* em coreano) eram meninas impúberes que foram arrastadas para esse sistema de conforto contra suas vontades. Com o passar do tempo, a maneira de recrutamento dessas vítimas foi mudando, de acordo com o autor George Hicks (1997), “com o aumento da demanda do exército japonês, recrutamento direto através da polícia ou governo local se tornaram mais comuns. Tal recrutamento oficial era parte do projeto de trabalho para a indústria de guerra que provia um disfarce conveniente para recrutar mulheres de conforto.”¹⁷

Muitas dessas meninas, durante as primeiras levas, foram enviadas em navios sobre o título de suprimentos de guerra, talvez como tentativa de atenuar a natureza das embarcações apesar do pragmatismo na maneira em que o exército lidava com as mesmas em terra. Sendo assim, ao serem classificadas como tal, as autoridades japonesas desumanizavam essas vítimas tratadas como parte da logística militar em que na papelada nada de suas identidades era listado. Na verdade, no momento em que elas pisaram em solo japonês, lhes era dado um outro primeiro nome, um nome japonês. A classificação de seres humanos como suprimentos de guerra mostra a indiferença institucionalizada com que o império japonês lidava com essas vítimas (Soh, 1997).

Dado o contexto de uma sociedade extremamente patriarcal, as mulheres de conforto não teriam nenhum ganho ao denunciar os acontecimentos nas bases de conforto. De acordo com Hicks, era quase um ato de bondade simplesmente ignorar todas as brutalidades que aconteceram nessas bases. O que em grande medida explica os 50 anos de silêncio que percorreram até essa temática enfim então vir a ser de conhecimento internacional. Esse silêncio é, em grande parte, um reflexo das normas que foram impostas naquele momento que acabaram por diminuir ou minimizar as experiências dessas mulheres.

¹⁷ No original: As the Japanese military's demand for women grew, direct recruitment through the police or local government became more common. Such official recruitment was part of the labour draft for war industries, and provided a convenient cover for recruiting comfort women.

Figura 2: Mulheres de conforto que sobreviveram à guerra.



Fonte: Okamoto, Julia Yuri, 2013. As "Mulheres de Conforto" da Guerra do Pacífico.

Foi só depois desses quase 50 anos de silêncio e a redemocratização da Coreia que as *Halmeoni*¹⁸ sentiram que poderiam vir a público para compartilhar suas experiências. Um desses momentos decisivos foi quando, pela primeira vez, uma das mulheres de conforto, Kim Hak-Sun, veio a público em Seul em 1991 para demandar que o governo japonês aceitasse culpa e tomasse essa responsabilidade (AWF, 2024). Kim foi pioneira ao trazer à tona a questão dos abusos sistemáticos que sofreu durante a colonização japonesa na Coreia e processando o Japão. Importante destacar que ela foi a primeira que foi à frente com o processo judicial usando seu próprio nome. Até então todas as outras vítimas preferiam se manter no anonimato.

¹⁸ Termo em coreano para se dirigir à uma avó ou para se referir a uma mulher velha.

Figura 3: Declaração de Kim Hak-Sun

Fonte: Digital Museum: The Comfort Women Issue and the Asian Women's Fund

Partindo do ponto de vista dos japoneses, mais especificamente dos liberalistas históricos, acredita-se que as coreanas foram simplesmente prostitutas e negam qualquer ato de coerção partindo do exército japonês (Sand, 1999). Em realidade, há uma grande defesa do argumento de que o Japão agiu de maneira defensiva e condizente durante a Segunda Guerra Mundial, lutou pela libertação dos países asiáticos e que o incidente de Nanquim foi uma fabricação. No entanto, fica claro que há uma tentativa de atenuação dos acontecimentos. Aliás, de acordo com o autor e professor Yoshimi Yoshiaki (2000), os atos de agressão do Japão, muitas vezes apoiados pelo povo japonês, foi causa direta para o sofrimento de outros países asiáticos.

Os liberalistas históricos, ou *Jiyushugi Shikan*, são escritores japoneses, em sua maioria da direita política. Esses escritores atacam e questionam desde 1995 a historiografia acadêmica e os conteúdos dos livros didáticos das escolas públicas de seu país. As críticas giram em torno da como a narrativa sobre certos períodos históricos, normalmente o período imperialista japonês e a Segunda Guerra Mundial, são feitas de maneira obscura e de uma visão anti japonesa. Essa abordagem revisionista busca reinterpretar eventos históricos frequentemente minimizando ou negando relatos que são amplamente aceitos na escala internacional.

Existe, por parte dos liberalistas históricos, uma apelação para o esquecimento do público japonês para a escassez de provas empíricas no sentido mais tradicional (Sand, 1999). Apesar dos debates centrados nas mulheres de conforto, esse problema em questão ainda enfrenta o desafio centrado na problemática de memória pessoal contra a história oficial, ou seja, existe pouca aceitação pela ponta japonesa dos relatos das vítimas. Por exemplo, é comumente visto o argumento da esquerda japonesa de falta de prova material oficial ou documentos que sejam capazes de ganhar aceitação de ambas as partes (universal). Apesar da existência de provas (fotos, depoimentos, admissão de culpa), parece que há uma necessidade de documentos oficiais providos pelo governo.

Em 1994, sentindo a necessidade de não fomentar ainda mais a visão de um Japão imperial e de evitar uma admissão total de culpa e responsabilidade, o governo oficialmente admite o envolvimento do seu exército nas transações das *Jugun Ianfu* (termo japonês para mulheres de conforto), afirmando que foi um ato que feriu a dignidade de muitas mulheres, no entanto, mesmo com essa admissão o governo continuou sua posição branda em relação a coerção dos recrutamentos. Um exemplo mais recente desse posicionamento do governo japonês foi em 2007, quando o antigo primeiro-ministro Abe Shinzo (1954-2022) tentou terceirizar a culpa da pressão feita a elas afirmando que agentes privados e não o exército em si que coagiu elas (Hayashi, 2008).

Um dos grandes empecilhos para resolver a questão das mulheres de conforto é a concepção diferente do que seria uma indenização. Fica claro que ambas as nações têm uma discordância de qual melhor maneira essa questão pode ser sanada para que assim ambos possam deixar para trás suas questões históricas e trabalhar para obter um melhor relacionamento entre os governos.

Para o governo japonês, a definição de indenização é entendida como compensação financeira como uma maneira de reparação para com as vítimas. Neste quesito, a terra do sol nascente já não tem mais a responsabilidade com as mesmas. O governo japonês por meio do Acordo Básico de 1965, o Fundo das Mulheres Asiáticas¹⁹ (AWF) em 1995, e mais recentemente em 2015 um novo pagamento

¹⁹O Fundo das Mulheres Asiáticas, ou simplesmente AWF, foi uma das medidas feitas pelo governo japonês em 1995, para distribuir compensação monetária para as mulheres de conforto. Essa medida se deu não apenas para as vítimas do Ianjo ("sistema de conforto") coreanas, mas para as indonésias, filipinas, taiwanesas e holandesas. As doações pelo povo japonês foram de aproximadamente 600 milhões de ienes, enquanto as doações do governo ficaram em torno de 6.8

de indenização foi feito ainda durante o governo de Abe Shinzo já sanou todo o compromisso financeiro do país nessa questão (Nam, 2018).

No entanto, as mulheres conforto admitem e demandam o reconhecimento histórico público e um pedido de desculpas formal por parte do governo japonês, ou seja, elas querem uma reparação moral. Desde o começo da discussão essas vítimas argumentam que a questão financeira não é o suficiente para resolver esse passado, dado que deixa de considerar as perdas não materiais dessas mulheres. Esse debate se torna mais labiríntico quando se percebe que os ocorridos durante a Guerra do Pacífico não são simples de medir, não é fácil de julgar. Como resultado do constante desacordo de ideias e a falta de encontrar uma solução vem acontecendo uma deterioração nas relações entre os dois países (Kuki, 2013).

Se colocarmos os ocorridos da Segunda Guerra Mundial entre o Japão e a Coreia do Sul em comparação com os ocorridos com a Alemanha nesse mesmo período histórico, é notável a diferença de como foi tratado a responsabilidade da Alemanha para com as vítimas do holocausto. A culpa foi devidamente assumida e reconhecida; em adição, a indenização financeira foi apropriadamente paga ainda que a situação financeira da Alemanha no pós guerra não estivesse em seu melhor momento. De forma adicional aos pagamentos financeiros, o país germanico também mostrou como aprendeu com seus erros do passado e mostra como pretende não repeti-los novamente, como por exemplo com a construção do Memorial do Holocausto.

Em contrapartida, Tóquio²⁰ ainda tem evitado aceitar a culpa de maneira global, muito pelo receio de manchar a reputação no âmbito internacional e de encarar repercussões internas (Nam, 2018). Em adição, vale mencionar o fato de que o governo não quer enfrentar uma responsabilidade vitalícia como aconteceu no caso da Alemanha (Nam, 2018). Concomitantemente, os oficiais japoneses declararam que estão continuamente tentando fazer as pazes e reparar os feitos do passado; além disso acreditam que a carta de desculpas que acompanhou a compensação monetária do Fundo das Mulheres Asiáticas foi um pedido de desculpas oficial (Kuki,

bilhões de ienes. O fundo sofreu fortes críticas pelos líderes do movimento de redress, no entanto, o mesmo começou seus projetos de “reparação nacional” para sobreviventes não japoneses em 1996. Em 2002, o fundo havia terminado seus projetos de reparação, com exceção da Indonésia. Para mais informações sobre o AWF consultar. SOH, C. S. Japan’s National/Asian Women’s Fund for “Comfort Women”. **Pacific Affairs**, [S. l.], v. 76, n. 2, p. 209–233, verão, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40024391>. Acesso em: 27 nov. 2024.

²⁰Tóquio, aqui, está embarcando o sentido do ponto de vista do governo Japonês.

2013).

Outro ponto que acabou contribuindo para que as posturas da Alemanha e do Japão sejam tão opostas foi a questão dos tribunais logo no pós guerra e sua cobertura. Apesar de não ter sido perfeito, o tribunal de Nuremberg teve vários pontos positivos. Através dele foi possível mostrar para todo o mundo todos os crimes cometidos pelos nazistas, criando um senso de justiça através da execução e prisão dos autores desses crimes, o que mostrou um grande avanço em áreas de direito internacional e direitos humanos. Em contrapartida, durante os tribunais de Tóquio, ou Tribunal Militar Internacional para os Julgamentos do Extremo Oriente, pecaram de maneira significativa em relação ao apontamento de culpa. O tribunal poupou o Imperador e suprimiu evidências que pudessem ter implicações no mesmo (Kang, 2021). Ademais, a cobertura estadunidense do tribunal de Tóquio foi significativamente menor do que a do tribunal de Nuremberg. Ou seja, o alcance público e a exibição de provas dos cometidos da Segunda Guerra Mundial pelo exército japonês acabaram por não ter tido um conhecimento amplo no âmbito internacional como ocorreu no caso da Alemanha (Kang, 2021).

A incluir, muitos japoneses afirmam que sentem uma fadiga de desculpas, que seria uma preocupação de que nenhum pedido de desculpa nunca será suficiente para reparar as desavenças do Japão e nesse caso não só com a Coreia do Sul mas também com os outros países vizinhos que sofreram igualmente com o sistema de conforto (Kuki, 2013). O que, em conjunto com brigas territoriais com China e Coreia do Sul, e um sentimento de animosidade derivado do período de Japão Império contribuíram para a abordagem neonacionalista na política externa do Japão e no tocante às mulheres de conforto.

4 REPARAÇÃO E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO ACORDO DE 2015 SOBRE AS MULHERES DE CONFORTO

O Acordo sobre as mulheres de conforto de 2015 entre o Japão e a Coreia do Sul foi a última tentativa, até o presente momento, oficial dos governos de resolver este quesito entre os dois países. No entanto, gerou controvérsias tanto em nível social bem como no nível diplomático. No dia 2 de novembro por aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos o antigo primeiro ministro Abe Shinzo (1954-2022) participou de uma reunião em Seul com a antiga presidente da Coreia do Sul Park Geun-hye (2013–2017) para discutir, entre vários assuntos, os impactos que a questão das mulheres de conforto tem nas relações entre o Japão e a Coreia do Sul (Ministério das relações exteriores do Japão, 2015). Vale ressaltar a importância do ano de 2015 para o acordo visto que se completava o quinquagésimo aniversário da normalização nas relações entre as nações.

Este acordo, a princípio, foi visto com muita surpresa tendo em vista o posicionamento do ex primeiro ministro Shinzo Abe até então. Até aquele momento, o antigo primeiro-ministro mostrava um posicionamento negacionista em relação aos crimes contra as mulheres de conforto e vinha justificando os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. O acordo foi visto com tamanha estranheza que muitos questionaram se o mesmo não teria uma influência da administração do antigo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, como uma forma de estabilizar as relações entre seus dois maiores parceiros na Ásia (Lim, 2018).

O acordo, publicamente, foi apresentado como uma resolução “definitiva e irreversível” (anexo 1), ou seja, significa que todas as demandas das vítimas do “sistema de conforto” teriam sido abordadas e com isso encerrado e finalizado completamente essa problemática e não há necessidade de futuras renegociações. Durante o pronunciamento também foi incluído um pedido de desculpas feito pelo ex ministro das relações exteriores Fumio Kishida (2021-2024) em nome do Abe Shinzo e a promessa de uma fundação estabelecida pela República Coreana com fundos providos pelo governo japonês com contribuição única por meio de seu orçamento (Ministério das relações exteriores do Japão, 2015).

No entanto, mais uma vez o governo japonês não contempla todas as demandas das vítimas, as mesmas sentiam que o acordo não reconhecia

plenamente a gravidade dos abusos sofridos por elas e não responsabilizava legalmente o Japão de forma explícita e direta pelo sofrimento imposto. Ao usar os termos “um envolvimento do governo japonês” e “uma grave afronta à honra de um grande número de mulheres” deixa ambíguo qual foi e como foi o real envolvimento do exército e das autoridades japonesas nesse sistema de escravidão sexual (Moerland, 2024). Vale acrescentar que mais uma vez Tóquio foca novamente no aspecto financeiro da reparação, e mais uma vez deixa de lado todas as outras demandas das vítimas.

Para essas mulheres um encerramento satisfatório contemplaria um reconhecimento público da responsabilidade do Japão para com essas mulheres, prestação de contas pela criação e administração do “sistema de conforto”, o tão sonhado pedido de desculpas sincero e oficial. Ademais, elas demandam uma garantia de Tóquio de que não ocorrerá nenhuma prática parecida no futuro, que está fortemente ligado com o pedido de este assunto seja incluído nos livros de história japonês, deve ser disponibilizado publicamente todas as documentações que existem para futuras pesquisas e que aqueles que padeceram tenham uma homenagem digna através de memoriais e comemorações (Kang, 2021).

Por esta razão, o recebimento do acordo não foi o esperado. Tanto as vítimas quanto os apoiadores de sua causa tiveram uma reação negativa em relação ao que foi proposto pelo acordo, principalmente por falta de consulta das sobreviventes. Além do caráter secreto das negociações, já que a população sul coreana apenas descobriu sobre o acordo no dia do pronunciamento. Em vez de abarcar todas as reivindicações das vítimas, o Japão parece passar por cima da maioria das demandas já ditas anteriormente pelas mulheres de conforto (Fernandes, 2022).

Outra crítica feita pelo movimento apoiador das mulheres vítimas do “sistema de conforto” (*Movement of redress*), é em relação a essa fundação prometida no acordo. Foi questionado se os fundos, de cerca de 8 milhões de dólares, que foram anunciados pelo Japão são uma reparação pelos crimes ou se é apenas um símbolo de solidariedade para com as vítimas. Problema este muito parecido com que foi enfrentado pelo AWF, que por depender de doações privadas tira, em grande medida, parte da responsabilidade do governo para com as vítimas (Moerland, 2024).

Em concomitância com as críticas, durante o pronunciamento do ex-ministro das relações exteriores coreano Yun Byung-Se (2013–2017) foi mencionada a polêmica sobre a remoção das estátuas de uma menina olhando calmamente para a embaixada japonesa representando as mulheres que foram forçadas a esse tráfico sexual. As estátuas foram colocadas por ativistas de direitos humanos em frente das embaixadas japonesas em Seul (Ramaj, 2022). Tendo em vista que Tóquio já havia expressado descontentamento em relação aos monumentos e até o dia do pronunciamento o governo sul coreano não havia feito nada para tentar tratar desta questão.

Apesar do objetivo deste pronunciamento do ex-ministro Yun fosse de “prevenir qualquer perturbação da paz ou comprometimento de sua dignidade²¹” para tentar resolver essa polêmica da maneira mais apropriada possível, ele não foi percebida dessa maneira pelo público e pelas próprias vítimas. Para muitos coreanos foi visto como uma forma de tentar suprimir a memória e os sofrimentos que essas mulheres foram submetidas (Ramaj, 2022).

Figura 4: Estátua em frente à embaixada japonesa em Seul



Fonte: Gazeta do Povo (2015)

²¹No original: preventing any disturbance of the peace of the mission or impairment of its dignity.

Para mais, o acordo também discursa sobre o compromisso da República da Coreia e do Governo japonês de se abster de acusar ou criticar mutuamente, dentro da comunidade internacional, desde que o Japão cumpra com sua parte. Percebe-se uma tentativa de ambas as partes de tentar minimizar a tensão diplomática entre os países. Evitando que a temática do “sistema de conforto” viesse à tona novamente em discussões internacionais, como nos inúmeros tribunais que houve sobre o assunto.

Sem embargo, as sobreviventes viram isso como uma forma de impedir que as mesmas pudessem reivindicar futuramente justiça ou responsabilização, visto que elas já se mostravam descontentes com o acordo. Para as mulheres de conforto e as organizações que as apoiam, esta cláusula foi uma maneira de encerrar o assunto entre os dois países sem realmente resolver a questão de maneira definitiva, ou seja, sem que o Japão assumisse completamente a culpa e responsabilidade.

No dia 28 de dezembro de 2015, o Abe Shinzo em uma conversa telefônica de aproximadamente quinze minutos com a antiga presidenta sul-coreana Park Geun-hye e acompanhados de outros membros importantes de suas respectivas chancelarias para comentar sobre as circunstâncias do acordo novamente (Ministério das relações exteriores do Japão, 2015). Até aquele momento, ambos os líderes ainda se mostravam com expectativas positivas em relação ao desenvolvimento do acordo.

Nesta ligação, o Abe expressou novamente suas desculpas para com as mulheres de conforto. No entanto, ao fazer isso, ele mais uma vez deixa de fora o envolvimento do exército japonês quanto ao “sistema de conforto”, continuando uma abordagem diplomática de atenuar as responsabilidades das instituições japonesas. Percebe-se isso quando o antigo primeiro ministro fala “as mais sinceras desculpas e remorso a todas as mulheres que passaram por experiências imensuráveis e dolorosas e sofreram feridas físicas e psicológicas incuráveis como mulheres de conforto²²”. Ele continua o uso do eufemismo “mulheres de conforto” como se fosse uma posição ou profissão que elas se encontravam e não como algo que foi imposto a elas mostrando que o acordo pouco foge do posicionamento passado do antigo ministro.

O acordo começa realmente a entrar em crise quando o antigo presidente da

²² No original: most sincere apologies and remorse to all the women who underwent immeasurable and painful experiences and suffered incurable physical and psychological wounds as comfort women.

Coreia do Sul, Moon Jae In (2017-2022), o criticou, em 28 de dezembro de 2017, oficialmente. Ele julgou que a tentativa de resolver a questão das mulheres de conforto apenas entre os governos foi uma decisão equivocada. Ele também tocou mais uma vez na pauta dos pedidos sinceros de desculpas e reconhecimento e responsabilização legal do Japão. O ex-presidente sul-coreano também prometeu à comunidade global que faria o possível para que a mesma situação não voltasse a acontecer novamente no futuro (Nam, 2018). De acordo com o autor Lim Hyun Soo (2018), o acordo teve uma resposta deveras negativa, ao ponto de independente do posicionamento político, nas eleições presidenciais de 2017 na Coreia do Sul, foi prometido ou o cancelamento do acordo ou uma renegociação do mesmo.

Para Nam Sun Young (2018), o acordo foi, em grande medida, um fracasso ainda maior que o tratado de 1965²³. Devido ao recuou em relação à consciência histórica. Com esse acordo, o governo coreano deixou passar a oportunidade de realmente resolver a questão de maneira “definitiva e irreversível” como tinha prometido inicialmente. defendido que, ao ignorar a necessidade das exigências feitas pelas sobreviventes e uma indenização justa, o governo coreano falha cumprir com sua tarefa de defender as mulheres de conforto. Perpetuando o sentimento que o acordo era mais uma questão diplomática do que realmente fazer uma reparação histórica para com essas mulheres (Ramaj, 2022).

4.1 MEMÓRIA E POLÍTICA: DISPUTAS HISTÓRICAS NO DIÁLOGO DIPLOMÁTICO ENTRE O JAPÃO E A COREIA DO SUL

A busca por uma reparação por parte do governo japonês para com as vítimas devido ao passado histórico, sob a visão construtivista, é uma resposta aos posicionamentos ambíguos e contraditórios que longo perduram em relação ao passado colonialista. A falta de clareza do Estado japonês é vista pelo Estado coreano como uma afronta à memória histórica e identidade da nação que vai

²³Primeiro tratado feito durante o mandato do antigo presidente sul coreano Park Chung-hee (1963 - 1979), pai da ex presidenta Park Geun-hye com o objetivo de reparar e normalizar as relações entre o Japão e a Coreia do sul mas que também incluía um pacote de reparo de 800 milhões de dólares em subsídios e em empréstimos como forma de resolver todas as desavenças do período colonial japonês sobre a Coreia. Para mais detalhes consultar Park, Pae-Keun. “The 1965 "Korea-Japan Claims Settlement Agreement" and Individuals ' Claims Righths”. 2001. Disponível em: https://catalog.lib.kyushu-u.ac.jp/opac_download_md/2261/KJ00000724351-00001.pdf. Acesso em: 07 nov. 2024.

culminar em implicações nas relações bilaterais entre os dois Estados (Costa, 2024). Em Novembro de 2018, o Tribunal da Suprema Corte coreana decidiu que o tratado de 1965 não abarcava as questões das mulheres de conforto e o sistema de conforto imposta nas coreanas, já que o tratado não reconhecia a ilegalidade do domínio colonial japonês. Em adição, logo em seguida, em dezembro, o antigo presidente sul-coreano dissolveu de vez o acordo de 2015 sobre as mulheres de conforto dado a sua impopularidade na Coreia do Sul (Klingner; Walters, 2019). Após o fim do acordo de 2015, houve uma série de julgamentos na corte sul-coreana, em que foi concedido que empresas japonesas deveriam pagar indenizações para tanto os trabalhadores forçados quanto suas famílias. Esta decisão vai, em grande medida, aprofundar as tensões diplomáticas já latentes entre os dois países no tocante à questão (Ezell, 2020).

A princípio o Japão vai tentar reverter a situação exigindo a arbitragem de terceiros, solicitando consultas sob as disposições do tratado de 1965, no entanto não houve resposta de seu vizinho, na verdade o pedido foi recusado, o mesmo alegou que prejudicaria a independência judiciária do país. Como resposta, em julho de 2019 o Japão decide iniciar controles de exportação (Park, 2019), retirando a Coreia do Sul de sua “lista branca” (White list) de países isentos de regulamentação de exportação orientadas à segurança (Noland, 2019).

A restrição foi feita para três produtos químicos, o fluoreto de hidrogênio, o fotorresiste e o fluoropolímero que são comumente usados na produção de telefones, de semicondutores e de armas militares, por isso é necessária uma licença de exportação especial para esses materiais. Devido a tal implementação do Japão houve paralisação do comércio das matérias primas, afetando em larga escala a economia local coreana visto que a porcentagem de importação para esses três materiais eram 42%, 83% e 85% respectivamente (Klingner; Walters, 2019).

É importante ter em vista como o setor de semicondutores é de vital importância em sua economia já que a Coreia do Sul se encontra em segundo lugar em fabricação de semicondutores do mundo, liderando com empresas como Samsung e SK Hynix que representam, respectivamente, o segundo e quarto lugar em produção deste material (Ezell, 2020). Vale ressaltar que a Coreia tem sua economia com foco na exportação, tendo os semicondutores e outros equipamentos relacionados correspondendo por um terço de sua exportação. O que a princípio começa como um

desentendimento nas questões históricas, vai acabar se desenvolvendo em uma disputa comercial entre as duas nações.

Inicialmente, as autoridades do Japão tentam tirar o foco das questões históricas eminentes entre os envolvidos, colocando a culpa nas restrições com uma suposta violação da Coreia do Sul das proibições das Nações Unidas (ONU) contra a exportação de materiais para a Coreia do Norte. Para muitos, essa medida foi interpretada como um reflexo das relações diplomáticas dos dois Estados e como consequência afetou diretamente o setor de tecnologia de informação e comunicação (TIC) da Coreia do Sul. A princípio, o ex-presidente coreano Moon Jae-In prometeu resolver a situação por vias diplomáticas para evitar um “ciclo vicioso de ação e represália”, porém, as tentativas feitas em reuniões bilaterais para resolver a questão não foram bem sucedidas, fazendo com que o ex-líder coreano endurecesse suas críticas ao Japão (Klingner; Walters, 2019). Tóquio prometeu retaliar se seus ativos corporativos fossem apreendidos e buscaria indenização do governo coreano em caso de danos a empresas japonesas. De acordo com o autor Jack Kim (2024), essa disputa tem uma ligação com o passado histórico entre as nações, principalmente o trabalho forçado durante a guerra e mulheres coreanas forçadas a trabalhar em bordéis militares japoneses

Em resposta a essa norma, a Coreia do Sul vai replicar também removendo o Japão de sua própria “lista branca”, entrando com um caso contra o Japão na Organização Mundial do Comércio (OMC) e uma recusa de renovar o Acordo Geral de Segurança de Informações Militares (GSOMIA). O GSOMIA é um acordo bilateral entre os dois Estados para facilitar o compartilhamento de inteligência (Noland, 2019) primordial para respostas rápidas em caso de ameaças militares. Essa série de medidas marcou um desenvolvimento negativo nas relações diplomáticas entre os Estados. Sem embargo das preocupações em relação à segurança regional, tendo em vista a ameaça proposta pela Coreia do Norte, o governo sul-coreano se utilizou da possibilidade de encerrar o GSOMIA como maneira de pressionar o Japão a reconsiderar suas ações.

Essa decisão não tem implicações apenas nas relações bilaterais entre Tóquio e Seul, mas também tem fortes implicações na relação trilateral entre as nações e os Estados Unidos. Tendo em vista o relacionamento que os três países compartilham, com ênfase na questão de segurança regional em combate à Coreia do Norte, a ameaça de dissolver o Acordo Geral de Segurança de Informações Militares coloca

em xeque a relação trilateral entre os Estados. Fazendo com que cada um fique dependente unicamente dos Estados Unidos para compartilhamento de informações (Matsuo, 2020).

Após discussões entre os países, o tratado foi renovado por mais um ano; no entanto, o mesmo teve sua natureza modificada. O que antes era um acordo que se renovava automaticamente todo ano sem muito esforço, dado a natureza do assunto que ele abarca, agora se apresenta como um tratado que precisa passar por uma “renovação” todo ano. Ademais, Seul reforça que os mesmos têm a possibilidade de se terminar o contrato a qualquer momento (Matsuo, 2020). Apesar de ambos os países informarem que o acordo continuaria vigente e funcionando de maneira estável, devido ao caráter do conteúdo do mesmo e a situação geopolítica da região. Ou seja, com a Coreia do Norte ameaçando constantemente o território tanto de Tóquio quanto de Seul com periódicos lançamentos de mísseis balísticos e ameaças de testes de armas nucleares, é de vital importância que o acordo siga de maneira sólida.

Além das questões econômicas e de segurança regional, há os desacordos internos entre os países em relação a controvérsias das visitas ao santuário *Yasukuni* onde descansam, para o Japão, heróis de guerra, mas para os coreanos criminosos de guerra. O santuário *Yasukuni*, simboliza para o povo japonês todas as pessoas mortas da Segunda Guerra Mundial e todos os políticos e líderes militares que foram executados por crimes de guerra. Todos os anos, mais ou menos perto da data que marcou o fim da guerra, é costumeiro que os primeiros ministros e outras pessoas de alto escalão do país façam visitas, normalmente com alta cobertura da mídia local, para homenagear os falecidos da guerra (Costa, 2024).

Essas visitas, anualmente, são motivo de atrito entre o Governo japonês e o governo coreano. Para Seul essas visitas são uma tentativa pública e simbólica de Tóquio legitimar todas as suas ações anteriores e durante a Segunda Guerra Mundial (Hundt; Bleiker, 2007). Nesse caso, a polêmica das passadas no santuário transbordou geograficamente e acabou por incomodar e provocar protestos também de outros países vizinhos que, similarmente à Coreia, sofreram com a política imperial do Japão durante o século XX - por exemplo a China. A insistência em continuar as idas ao santuário mostra como a direita japonesa parece ter uma visão pouco crítica de seu passado histórico, o que, substancialmente, afeta as relações diplomáticas nipo-coreanas.

Um dos casos que mais repercutiu e mostrou um claro balanço nas relações diplomáticas entre os países foi durante a quinta visita em outubro de 2005 do antecessor de Abe Shinzo, Junichiro Koizumi (2001-2006). Não só os líderes coreanos, mas também os líderes chineses cancelaram as cúpulas que estavam programadas para o mês seguinte sobre a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) em Busan. Em adição, cancelaram também uma cúpula trilateral da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em dezembro (Hundt; Bleiker, 2007).

De uma perspectiva construtivista, o Japão, ao continuar com essas visitas e celebrações anuais ao santuário enquanto reforça a questão do “Eu” da identidade do povo japonês, acaba por diminuir a visão do “Outro”, nesse caso o povo coreano, atenuando a memória, história e identidade do país. Do mesmo modo, esse evento demonstra com clareza a diferença na visão de ambos em relação aos acontecimentos históricos. O que por consequência, acaba por intensificar as desavenças e divergências diplomáticas entre os países vizinhos.

Outro caso que repercutiu foi a questão da revisão dos livros de história nipônicos no tocante à maneira que os mesmos deveriam retratar os acontecimentos da Segunda Guerra mundial e o período de colonização da Coreia dada a perspectiva divergente dos países sobre o assunto (Kim; Kang; Lee, 2015). Vale frisar como esse tema é especialmente difícil de tratar em função da memória e de como a seleção de fatos e perspectiva afeta diretamente tanto como vai ser tratado nos livros mas como atinge questões de identidade para ambas as partes. Tendo em vista que os acontecimentos ainda há uma ferida fresca e traumática para ambos.

Na percepção do público coreano e de outros países da região, os livros didáticos nipônicos falham em ter uma visão mais crítica dos ocorridos da postura japonesa durante o período de colonização. Ademais, deixam de fora a dor e como esses Estados se sentiram em relação aos feitos. Assim como qualquer livro de história, os japoneses passam por uma revisão periodicamente. No entanto, com a entrada e saída de representantes da extrema direita japonesa na Dieta Nacional, acabou por impulsionar a prática de revisar as publicações com mais frequência. O que resultou em uma revisão mais conservadora ou vanguardista. As críticas giram, geralmente, em torno das omissões dos textos ou uso de vocabulário mais neutro quando se trata de questões mais polêmicas.

Contrariamente do que é esperado, logo no pós-guerra, os livros retratavam a

guerra de maneira factual a partir das atitudes do exército imperial. O que mostrava as tendências progressivas do Japão no pós Guerra Fria (Kim, 2014). No entanto, durante anos os políticos japoneses vinham de uma diretriz mais conservadora, o Partido Liberal Democrático (LDP) tentou apagar menções de eventos da história do Japão que manchasse sua reputação, como o Massacre de Nanquim ou até mesmo evita falar sobre o caso das mulheres de conforto. Por exemplo, a edição *Tsukurukai* dos livros de história que causou críticas duras vindo, tanto de Seul quanto de Pequim por conter “[...] interpretações ultrajantes da história e violar o espírito da constituição”(Kim, 2014).

Apesar das inúmeras maneiras da influência do caso das mulheres de conforto ditas anteriormente, um dos motivos pelo qual talvez essa questão não tenha sido totalmente e finalmente resolvida até hoje é a questão geopolítica da região. Tendo em vista o inimigo comum entre o Japão e a Coreia do Sul sendo a Coreia do Norte. A necessidade de enfrentar essa ameaça em comum, acaba por subordinar desavenças históricas às demandas de segurança nacional. Tendo em vista, também, o relacionamento que os Estados Unidos têm sobre ambas as partes e como o mesmo vê o Japão e a Coreia do Sul como grandes aliados na região.

Não só a ameaça norte-coreana, mas está no interesse de Washington de convencer as nações a resolver as questões coloniais nipo-coreanas para ter uma frente comum contra Pequim (Dutta, 2022). Ao priorizar as relações e aliança entre Seul e Tóquio, tendo em vistas interesses de sua agenda pessoal, o país norte americano acaba incentivando resoluções rápidas e superficiais à custa de um debate mais profundo. Que é possível de se observar com o Acordo Sobre as Mulheres de Conforto de 2015 entre o Japão e a Coreia do Sul (Kim, 2016).

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, buscamos compreender como o caso das mulheres de conforto coreanas influencia as relações diplomáticas entre o Japão e a Coreia do Sul, analisando os atritos históricos e políticos que marcaram as negociações do Acordo de 2015 e os desdobramentos ocorridos no período posterior. A pesquisa examina de que maneira essa questão sensível, profundamente enraizada na memória coletiva e na identidade nacional de ambos os países, continua a moldar o diálogo bilateral, evidenciando os desafios de alcançar uma reconciliação duradoura diante de narrativas conflitantes e interesses estratégicos regionais.

Neste trabalho, percebe-se a importância da perspectiva construtivista ao explorar os desdobramentos históricos entre o Japão e a Coreia do Sul no tocante à problemática das mulheres de conforto. O construtivismo destaca o papel das identidades, percepções e relacionamentos na construção do comportamento entre os Estados. Neste caso, se reflete como as memórias históricas compartilhadas e os eventos passados moldam as narrativas nacionais, influenciando a maneira que os dois países conduzem suas relações diplomáticas. A abordagem construtivista permitiu compreender que questões como as mulheres de conforto não são apenas legados do passado, mas também atores que influenciam o presente, afetando negociações diplomáticas e identidades nacionais.

Neste trabalho reconhecemos que as relações entre o Japão e a Coreia do Sul são dotadas de complexidades que transcendem essas vítimas da Segunda Guerra Mundial. A exemplo da disputa territorial das ilhas Dokdo/Takeshima, o trabalho forçado durante o período de ocupação japonesa na Coreia e o próprio período de ocupação japonesa também influenciam nas relações bilaterais entre os Estados. Porém, o protagonismo das mulheres de conforto simboliza uma dimensão sombria e de relevância para as relações dos dois países, ainda pouco discutido no âmbito internacional.

Tendo em vista o que foi explorado no terceiro capítulo deste trabalho, por vezes a resolução definitiva e discussões mais aprofundadas sobre a temática das estações de conforto, acabam ficando em segundo plano. Devido às questões de segurança regional e a geopolítica da região. Com as constantes ameaças da Coreia do Norte ao território nipo-coreano, o que pressiona a priorizar a cooperação estratégica. Em adição, a possível influência do governo estadunidense pressionando

Tóquio e Seul para resolver suas questões do passado de maneira mais rápida, como no caso do Acordo de 2015, devida a posição de maiores aliados na Ásia do país norte americano.

Os desdobramentos do Acordo de 2015 evidenciaram a exclusão das opiniões e demandas das mulheres de conforto durante sua elaboração, o que se mostrou um fator crucial para o prolongamento do impasse diplomático entre Japão e Coreia do Sul. Essa omissão não apenas manteve as divergências históricas, mas também as expandiu para outras áreas das relações bilaterais. Exemplos disso incluem a quase dissolução do Acordo GSOMIA, o cancelamento das cúpulas do APEC e ASEAN, além da imposição de restrições mútuas nos controles de exportação. Esses episódios ilustram como a falta de consenso em torno da questão das mulheres de conforto gerou repercussões negativas que ultrapassaram a esfera histórica, afetando diretamente a cooperação entre os dois países.

Por fim, observa-se que, apesar das inúmeras tentativas de resolução, a questão das mulheres vítimas do sistema de conforto permanece como um ponto de discórdia significativo entre o Japão e a Coreia do Sul. A ausência de consenso, aliada aos fatores históricos e políticos discutidos ao longo deste trabalho, contribui para a perpetuação desse impasse, dificultando avanços nas relações bilaterais. Essa falta de entendimento não apenas impede uma reconciliação plena, mas também cria barreiras adicionais para uma cooperação diplomática mais sólida e efetiva, prejudicando o estabelecimento de uma parceria estratégica duradoura entre os dois Estados.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais**, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wtb8YfCjS5T3NsL4ZXtHnRR/>. Acesso em: 01 out. 2024.

ANNOUNCEMENT by Foreign Ministers of Japan and the Republic of Korea at the Joint Press Occasion. **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2015. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page3e_000408.html. Acesso em: 21 nov. 2014.

CHOI, Chungmoo e YANG, Hyunah. **Voices of the Korean Comfort Women: history rewritten from memories**. [S. l.]: Routledge, 2023. Acesso em: 10 nov. 2024.

CHUNGHEE, Sarah. **The Korean "Comfort Women": movement for redress**. [S. l. : s. n.]1996. Acesso em: 30 nov. 2024.

COSTA, Quézia Silva. **Movimento Anti-Hallyu e a Resistência à Onda Coreana no Japão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 110, ago. 2024. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=3243#:~:text=O%20movimento%20Anti%20DHallyu%20no,em%20quest%C3%B5es%20sociopol%C3%ADticas%20no%20Jap%C3%A3o>. Acesso em: 21 nov. 2024.

DIGITAL Museum: The Comfort Women Issue and the Asian Women's Fund. **AWF**. Disponível em: <https://www.awf.or.jp/e2/survey.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DUTTA, Amlan. "Comfort Women" issue and its impact on Japan-South Korea relations. **OBSERVER RESEARCH FOUNDATION**, 6 aug. 2022. Disponível em: <https://www.orfonline.org/expert-speak/comfort-women-issue-and-its-impact-on-japan-south-korea-relations>. Acesso em: 22 nov. 2024.

EZELL, Stephen. Understanding the South Korea-Japan Trade Dispute and Its Impacts on U.S. Foreign Policy. **INFORMATION TECHNOLOGY & INNOVATION FOUNDATION**, Washington, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://itif.org/publications/2020/01/16/understanding-south-korea-japan-trade-dispute-and-its-impacts-us-foreign/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FERNANDES, Tainã Costa. **A Estátua de uma Garota Pela Paz: a materialização da luta das "Mulheres de Conforto" e o desconforto político**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25787>. Acesso em: 05 dez. 2024.

FONSECA, Bárbara de Almeida. **A Colonização Japonesa na Coreia: uma Análise do Genocídio Cultural e suas Consequências**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/39439>. Acesso em: 29 set. 2024.

HAYASHI, Hirofumi. Disputes in Japan over the Japanese Military 'Comfort Women' System and Its Perception in History. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 617, 2008, p. 32-123. 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25098017>. Acesso em: 20 nov. 2024.

HICKS, George. **The Comfort Women: Japan's Brutal Regime of Enforced Prostitution in the Second World War**. [S. l.]: W. W. Norton & Company; 1997. Acesso em: 27 set. 2024

HUNDT, David; BLEIKER, Roland. **Reconciling colonial memories in Korea and Japan**, [S. l.] v. 31, n. 1, p. 61-91, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42704577>. Acesso em: 24 nov. 2024.

JAPAN-ROK Summit Meeting. **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2015. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page3e_000408.html. Acesso em: 21 nov. 2014.

JAPAN-ROK summit telephone call. **Ministry of Foreign Affairs of Japan**, 2015. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page3e_000408.html. Acesso em: 21 nov. 2014.

JIYOON, Kim; LEE, John J. e KANG, Chungku. **Korea-Japan Relations and History Issues**, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep20687.6>. Acesso em: 24 nov. 2024.

KANG, Grace M. Resolving the Japan - Korea 'Comfort Women' Conflict: The Most Effective vs. The Most Likely Solution, **The Journal of East Asian Affairs**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 5-65, outono/ inverno. 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45441460>. Acesso em: 20 nov. 2024.

KIM, Jack. South Korea forced labour victim gets 'compensation' from Japan firm, lawyer says. **Reuters**, [S. l.], 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/skorea-forced-labour-victim-receives-compensation-japanese-firm-family-lawyer-2024-02-20/#:~:text=South%20Korea's%20Supreme%20Court%20has,refused%20to%20pay%20the%20compensation>. Acesso em: 05 dez. 2024.

KIM, Ji Young. **Escaping the Vicious Cycle: Symbolic Politics and History Disputes Between South Korea and Japan**. **Asian Perspective**, v. 38, n. 1, p. 31-60, jan.-mar. 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42704853>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KIM, Mi Young. The US the big winner in 'comfort women' agreement. **EASTASIAFORUM**, 7 jan. 2016. Disponível em: <https://eastasiaforum.org/2016/01/07/the-us-is-the-big-winner-in-comfort-women-agreement/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

KLINGNER, Bruce e WALTERS, Riley. The U.S. Must Limit Damage from the

Japan–South Korea Trade Dispute. **The Heritage Foundation**, [S. l.], 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.heritage.org/asia/report/the-us-must-limit-damage-the-japan-south-korea-trade-dispute>. Acesso em: 21 nov. 2024.

KUKI, Sonya. The burden of history: the issue of ‘comfort women’ and what Japan must do to move forward. **Journal of International Affairs, New York** Vol. 67, Ed. 1, p. 245-256, Fall/Winter, 2013, 2013 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24461685>. Acesso em: 20 nov. 2024.

LIM, Hyun-Soo. Not “Final and Irreversible”: Explaining South Korea’s January 2018 Reversal on the “Comfort Women” Agreement, **Yale Journal of International Law**, New Haven, 1 fev. 2018. Disponível em: <https://www.yjil.yale.edu/not-final-and-irreversible-explaining-south-koreas-january-2018-reversal-on-the-comfort-women-agreement/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 41, n. 87, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/skZ8SzryZTCTvBg66VnSCws/?format=pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MATSUO, Terrence. Korea-Japan GSOMIA Survives Amid Disputes over Historical, Trade Issues. **KEI**, [S. l.], 25 ago. 2020. Disponível em: <https://keia.org/the-peninsula/korea-japan-gsomia-survives-amid-disputes-over-historical-trade-issues/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

MOERLAND, Roland. The 2015 South Korea – Japan “Comfort Women” Agreement: Acknowledging wartime sexual slavery or denying it? SSRN, [S. l.], 15 abr. 2024. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4767732. Acesso em: 22 nov. 2024.

NAM, Sun Young. **As Relações Diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o Caso das ‘Mulheres de Conforto’ da Coreia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16529/2/_Disserta%C3%A7%C3%A3o-%20Sun%20Young%20Nam%20-%20Setem_2018_RI.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

NOLAND, Marcus. Alliances under Stress: South Korea, Japan, and the United States. **East-West Center**, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep25011>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ODA, Shigeru. The Normalization of Relations between Japan and the Republic of Korea. **The American Journal of International Law**, v. 61, n. 1, p. 35–56, 1967,. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2196830>. Acesso em: 01 out. 2024.

Okamoto, Julia Yuri. As Mulheres de Conforto da Guerra do Pacífico, **Revista De Iniciação Científica Em Relações Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-

108, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/view/17698>. Acesso em: 18 nov. 2024

ONU, Nicholas Greenwood. **World of Our Making: Rules and rule in social theory and international relations**, New York: Routledge, 2013. Acesso em: 05 dez. 2024.

PARK, Cheol Hee. Expanding Spirals of South Korea-Japan Conflict. **Strategic Estrangement Between South Korea and Japan as a Barrier to Trilateral Cooperation**, [S. l.], p. 4-7, 1 nov. 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep20930.5>. Acesso em: 21/11/2024.

RAMAJ, Klea. The 2015 South Korean–Japanese Agreement on ‘Comfort Women’: a critical analysis. **International Criminal Law Review**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/items/74f87979-8d8f-4947-ab67-e15c0725ba91>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REDAÇÃO. **Imagens raras mostram “escravas sexuais” que serviam soldados japoneses na 2ª Guerra**. 7 ago. 2017. 1 fotografia. Disponível

em: <https://alternativa.co.jp/noticias/mundo/51493/imagens-raras-mostram-escravas-se-xuais-que-serviam-soldados-japoneses-na-2a-guerra/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SAND, Jordan; JORDAN, Sand. Historians and Public Memory in Japan: *The ‘Comfort Women’ Controversy*. **History and Memory**, v. 11, n. 2, p. 116–28, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2979/his.1999.11.2.116>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SUH, Young-hee. **The Road to Modernity: Korea in the Early 20th Century** SPECIAL FEATURE 1 Jeongdong: Cradle of Hope for Modern State. 2019. Disponível em: <https://www.kf.or.kr/kfEng/na/ntt/selectDgtlDetailView.do?dgtlType=A&mi=2114&dgtlS n=6211&langTy=KOR>. Acesso em: 28 nov. 2024.

WATANABE, Paulo Daniel. **A reinserção internacional do Japão no pós-segunda Guerra Mundial**. In: ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo.

Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300033&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 28 set. 2024.

WENDT, Alexander. A Anarquia é o que os Estados Fazem Dela, Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, jan./jun., 2013. Acesso em: 13 jun. 2024

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge, 1999. Disponível em: <https://www.guillaumenicaise.com/wp->

content/uploads/2013/10/Wendt-Social-Theory -of-International-Politics.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

YOKO, Hayashi. Issues Surrounding the Wartime 'Comfort Women. **Review of Japanese Culture and Society**, [S. l.], v. 11/12, p. 54–65, dez. 1999-2000,. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42800182>. Acesso em: 05 nov. 2024.

YOSHIMI, Yoshiaki. **Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II**. [S. l. : s. n.], 2000. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANEXO 1 - ANÚNCIO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO E DA REPÚBLICA DA COREIA NO EVENTO CONJUNTO DE IMPRENSA²⁴

1. Foreign Minister Kishida

The Government of Japan and the Government of the Republic of Korea (ROK) have intensively discussed the issue of comfort women between Japan and the ROK at bilateral meetings including the Director-General consultations. Based on the result of such discussions, I, on behalf of the Government of Japan, state the following:

(1) The issue of comfort women, with an involvement of the Japanese military authorities at that time, was a grave affront to the honor and dignity of large numbers of women, and the Government of Japan is painfully aware of responsibilities from this perspective. As Prime Minister of Japan, Prime Minister Abe expresses anew his most sincere apologies and remorse to all the women who underwent immeasurable and painful experiences and suffered incurable physical and psychological wounds as comfort women.

(2) The Government of Japan has been sincerely dealing with this issue. Building on such experience, the Government of Japan will now take measures to heal psychological wounds of all former comfort women through its budget. To be more specific, it has been decided that the Government of the ROK establish a foundation for the purpose of providing support for the former comfort women, that its funds be contributed by the Government of Japan as a one-time contribution through its budget, and that projects for recovering the honor and dignity and healing the psychological wounds of all former comfort women be carried out under the cooperation between the Government of Japan and the Government of the ROK.

(3) While stating the above, the Government of Japan confirms that this issue is resolved finally and irreversibly with this announcement, on the premise that the Government will steadily implement the measures specified in (2) above. In addition, together with the Government of the ROK, the Government of Japan will refrain from accusing or criticizing each other regarding this issue in the international

²⁴Documento disponível no site do Ministério das relações exteriores do Japão (MOFA). Ver mais em: https://www.mofa.go.jp/a_o/na/kr/page4e_000364.html. Acesso em: 24 nov. 2024.

community, including at the United Nations.

2. Foreign Minister Yun

The Government of the Republic of Korea (ROK) and the Government of Japan have intensively discussed the issue of comfort women between the ROK and Japan at bilateral meetings including the Director-General consultations. Based on the result of such discussions, I, on behalf of the Government of the ROK, state the following:

(1) The Government of the ROK values the GOJ's announcement and efforts made by the Government of Japan in the lead-up to the issuance of the announcement and confirms, together with the GOJ, that the issue is resolved finally and irreversibly with this announcement, on the premise that the Government of Japan will steadily implement the measures specified in 1. (2) above. The Government of the ROK will cooperate in the implementation of the Government of Japan's measures.

(2) The Government of the ROK acknowledges the fact that the Government of Japan is concerned about the statue built in front of the Embassy of Japan in Seoul from the viewpoint of preventing any disturbance of the peace of the mission or impairment of its dignity, and will strive to solve this issue in an appropriate manner through taking measures such as consulting with related organizations about possible ways of addressing this issue.

(3) The Government of the ROK, together with the Government of Japan, will refrain from accusing or criticizing each other regarding this issue in the international community, including at the United Nations, on the premise that the Government of Japan will steadily implement the measures it announced.